

160 por exemplo, na ANA e nos Estados. Sugeriu também que, paralelamente a discussão no
161 GT, se inicie pela discussão do conceito de diluição de efluentes; salientou que, entretanto,
162 não se deve pretender a elaboração de resolução sobre diluição de efluentes. A Dra. Rosa
163 sugeriu apresentações sobre o assunto mas com esclarecimentos detalhados, inclusive com
164 vazões adotadas. O Dr. Décio solicitou a divulgação da programação das atividades dos
165 GTs. Dando prosseguimento, e referindo-se ao item 5 da pauta, a Dra. Leila colocou em
166 discussão o cronograma de reuniões da CT. Foram acertados os dias 3 e 4 de abril próximo,
167 com a seguinte distribuição de assuntos: dia 3, de manhã, reunião do GT sobre mineração;
168 dia 3, à tarde, reunião do GT sobre reservatórios; dia 4, de manhã, reunião do GT sobre
169 outorga de qualidade e quantidade, com apresentações sobre conceitos de diluição de
170 efluentes; dia 4, à tarde, reunião da CT, com apresentação dos resultados das reuniões dos
171 dois GTs do dia anterior. Com referência às apresentações sobre conceitos de diluição de
172 efluentes, a Dra. Leila incumbiu o Dr. Roberto Monteiro de agendar as mesmas e foram
173 sugeridos convites à ANA, à CETESB/DAEE e ao próprio Dr. Roberto Monteiro. Em
174 seguida, foram agendadas as datas de 7 e 8 de maio para a 16ª Reunião da CT. Como pauta
175 para a 15ª Reunião da CT, dia 4 de abril deste ano, ficou definido: pela manhã,
176 apresentações sobre diluições de efluentes; à tarde, eleição do Presidente da CT e
177 apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelos GTs reunidos no dia anterior. O Dr.
178 Roberto Monteiro solicitou à Dra. Leila que providencie, para esta reunião, a presença da
179 Dra. Mônica Porto. Neste momento, o Dr. Guilherme solicitou a revisão da composição dos
180 GTs, cujo resultado encontra-se anexo (**Anexo III**). A Dra. Célia Fróes solicitou envio de
181 convite formal à FEAM para participação nas reuniões dos GTs e a Dra. Martha, por sua
182 vez, ao IAP – Instituto Ambiental do Paraná. O Dr. Roberto Monteiro sugeriu o envio de
183 ofícios convite para participação nos GTs, endereçados às instituições e ainda, com
184 solicitação de indicação de representantes. Com relação ao Cronograma de Atividades da
185 CT, a Dra. Leila esclareceu entender que o mesmo estará de acordo com os trabalhos
186 desenvolvidos pelos Grupos e assim sendo, solicitou ao Dr. Luiz Cláudio a elaboração de
187 proposta inicial, para debates na próxima reunião da CT. Com isso, propôs incluir na pauta
188 da próxima reunião: aprovação do Plano de Trabalho 2002. Após considerações finais, a
189 Dra. Leila agradeceu a presença de todos e, às 16 horas, encerrou os trabalhos.

190

191

192

193 LEILA CARVALHO GOMES

194 Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Relator

109 interesse da ANEEL e do Dr. Diógenes. Em seguida, questionou o Dr. Gilberto quanto ao
110 interesse do DNPM, através do Dr. Emanuel, continuar coordenando o GT referente à
111 mineração. O Dr. Gilberto confirmou as intenções do DNPM e do Dr. Emanuel. Após a
112 aprovação dos coordenadores supracitados, a Dra. Leila solicitou e obteve consenso quanto
113 ao trabalho por Grupos. Com isso, abriu as discussões quanto aos objetivos de cada GT.
114 Referindo-se ao GT sobre mineração, citou as dificuldades encontradas pelos órgãos
115 gestores na integração de procedimentos de outorga do uso de recursos hídricos,
116 licenciamento ambiental e atividades minerárias e a intenção da elaboração, por este GT, de
117 proposta de resolução contendo critérios gerais e recomendações sobre o assunto, no nível
118 nacional. Salientou a não abrangência, pelo GT, do assunto água mineral. A Dra. Maria de
119 Lourdes justificou que o GT entendeu água mineral como um assunto que necessita de
120 tratamento específico e o Dr. Lourival salientou que a última versão da proposta de
121 resolução em elaboração neste GT não contempla águas minerais. A Dra. Leila solicitou, à
122 Secretaria Executiva, a distribuição por e-mail desta referida versão da proposta de
123 resolução (**Anexo II**). A Dra. Célia Fróes lembrou a integração deste GT com os trabalhos a
124 serem desenvolvidos pela CT de Águas Subterrâneas. A Dra. Leila sugeriu, para este GT, a
125 realização de fóruns expositivos sobre a situação, no âmbito nacional e estadual, da
126 integração dos procedimentos supracitados. Assim sendo, foram encerradas as discussões
127 sobre o GT referente a mineração. O Dr. Viana e a Dra. Martha demonstraram sua
128 preocupação com a necessidade de representação institucional na composição dos GTs e o
129 Dr. Roberto Monteiro contemporizou dizendo que cada membro da CT tem
130 responsabilidade institucional. Em seguida, a Dra. Leila abriu as discussões sobre o GT
131 referente aos reservatórios. Iniciou salientando o problema de compatibilização dos usos
132 múltiplos em um reservatório e sugeriu, como linha de trabalho, elaboração de
133 procedimentos de integração dos diversos tipos de outorgas e licenças em reservatórios. A
134 Dra. Martha opinou que o nome do GT não está de acordo e salientou que retirada de água
135 no rio a montante ou no próprio reservatório, para efeito de geração de energia, é a mesma
136 coisa. O Dr. Di Bella lembrou os problemas enfrentados pelo setor hidroviário relativos às
137 acumulações e a outorgas concedidas sobre vazões médias; finalizou propondo trabalhos
138 deste GT também na linha de integração de procedimentos. A Dra. Maria de Lourdes
139 lembrou que os reservatórios não atendem necessariamente a usos múltiplos. A Dra. Leila
140 destacou que a questão dos usos múltiplos deverá ser resolvida pelos planos de recursos
141 hídricos das bacias e assim sendo, não viu necessidade de ampliação da abrangência dos
142 trabalhos deste GT além dos reservatórios. O Dr. Roberto Monteiro concordou e salientou
143 que uma acumulação é, além de um uso, uma interferência em uma bacia, por isso necessita
144 ser tratada separadamente. A Dra. Leila solicitou consenso quanto aos objetivos deste
145 Grupo. O Dr. Décio se mostrou a favor do estudo dos usos múltiplos ou seja, foco na bacia
146 e não no reservatório. A Dra. Leila esclareceu que o foco será no reservatório e nos usos
147 múltiplos na bacia; finalizou salientando a dificuldade com a definição do nome do GT. Às
148 12:40 hs, foi proposta pausa para almoço. Às 14:30 hs, a Dra. Leila reiniciou os trabalhos e
149 solicitou contribuições para o nome do GT referente a reservatórios. Após sugestões e
150 discussões e, apesar do consenso da menor importância da definição do nome, foi acertado:
151 GT para discussão de procedimentos e integração das outorgas em reservatórios com
152 finalidade de múltiplos usos. A Dra. Martha solicitou registro da sua posição contrária à
153 criação deste GT, com estes objetivos. O Dr. Guilherme contemporizou que o GT tem a
154 função de assessoramento à CT. Assim sendo, a Dra. Leila colocou em discussão os
155 objetivos do GT referente a outorga de qualidade e quantidade. O Dr. Roberto Monteiro, foi
156 eleito coordenador do Grupo e explanou sobre os objetivos do mesmo: harmonização do
157 licenciamento ambiental e outorgas de diluição; ser um fórum permanente de discussão de
158 procedimentos metodológicos. A Dra. Leila sugeriu incluir, no Plano de Trabalho do Grupo,
159 apresentações dos procedimentos referentes a outorga de lançamento de efluentes adotados,

58 Leila solicitou ao Dr. Luiz Cláudio que discorresse sobre a pauta da VI Reunião
59 Extraordinária do CNRH. Feito isso, a Dra. Leila iniciou as discussões sobre o item 4 da
60 pauta: formação e composição dos Grupos de Trabalho (GT). Lembrou a forma simultânea
61 de trabalho dos GTs, vigente até o momento. A Dra. Martha opinou que os objetivos do GT
62 Acumulações precisam ser mais detalhados e se posicionou contrária à forma de trabalho
63 por Grupos. A Dra. Maria de Lourdes sugeriu resgatar-se os motivos de criação dos GTs;
64 dentre eles, distinguiu a demanda por critérios técnicos específicos em relação a
65 acumulações, mais especificamente critérios visando garantir os usos múltiplos. A Dra.
66 Leila lembrou a intenção de se integrar procedimentos como no caso do licenciamento
67 ambiental, outorga e atividades de mineração. O Dr. Roberto Monteiro salientou a
68 flexibilidade permitida pelos GTs, proporcionando maior dinâmica dos trabalhos, contando
69 com apoio de outros técnicos e o conseqüente amadurecimento prévio das matérias;
70 finalizou demonstrando seu apoio à realização de trabalhos paralelos, por Grupos. A Dra.
71 Célia Cristina citou a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que em seu inciso XII, do artigo
72 4º, salienta a garantia ao uso múltiplo dos recursos hídricos. Foi consenso que a CT busca,
73 neste âmbito, estabelecer critérios gerais e diretrizes para promover a integração de
74 procedimentos de diferentes usos. Assim sendo, a Dra. Leila propôs a votação por partes:
75 primeiro com relação à aceitação ou rejeição da forma de trabalho por Grupos e em seguida,
76 quanto aos objetivos de cada GT. O Dr. Viana se colocou a favor dos GTs e colocou a
77 necessidade de coordenação definida por instituição e com participação dos órgãos gestores
78 estaduais. A Dra. Leila salientou a abrangente composição do CNRH e opinou que os
79 trabalhos de uma CT também devem ser abrangentes. O Dr. Roberto Monteiro
80 complementou lembrando que a composição do GT não está restrita aos membros da CT. A
81 Dra. Rejane citou a dificuldade de comparecimento e se mostrou a favor da priorização de
82 trabalhos. O Dr. Décio sugeriu manter os GTs mas com responsabilidades atribuídas a um
83 órgão ou entidade. O Dr. Guilherme votou a favor dos GTs e lembrou que o maior trabalho
84 será dos três coordenadores, uma vez que a composição restante poderá ser por
85 representantes. O Dr. Di Bella lembrou que os GTs tratam de temas específicos, daí a
86 necessidade de fóruns também específicos; mostrou-se favorável aos GTs e terminou
87 sugerindo que as reuniões dos Grupos sejam em dias anteriores às reuniões da Câmara. A
88 Dra. Maria de Lourdes salientou a dificuldade de se estabelecer prioridades entre os temas
89 dos Grupos, portanto votou a favor dos mesmos. A Dra. Célia Fróes salientou a importância
90 dos temas e foi a favor dos GTs, no que foi seguida pelo Dr. Roberto Monteiro, Dr.
91 Gilberto, Dra. Rosângela e Dra. Mônica. O Dr. Lourival também votou a favor dos GTs e
92 informou aos presentes sobre o documento, enviado pelo DNPM ao Ministro de Minas e
93 Energia, relatando as atividades do DNPM nas Câmaras Técnicas do Conselho; salientou
94 que no mesmo documento foi sugerido o encaminhamento de um pedido de reintegração do
95 Ministério de Minas Energia ao Conselho Nacional e ainda, que o mesmo seja representado
96 pelo DNPM. A Dra. Martha foi contrária aos Grupos e argumentou que, para se obter
97 melhores resultados, as propostas deverão ser discutidas diretamente nas Câmaras Técnicas.
98 A Dra. Maria de Lourdes objetou que os assuntos são específicos e os Grupos, pela
99 possibilidade de realizar reuniões de âmbito essencialmente técnico, são um excelente
100 fórum para o amadurecimento inicial dos assuntos a serem posteriormente tratados pela CT.
101 A Dra. Leila sugeriu que, após a elaboração de uma primeira minuta de proposta, cada GT
102 torne aberta a discussão sobre a mesma; reforçou a idéia de democracia no processo. Foi
103 lembrado, pela Dra. Maria de Lourdes e pelo Dr. Décio, que não existem restrições, no
104 Regimento Interno do CNRH, quanto à composição de Grupos de Trabalho e, nem
105 tampouco, exigências quanto à coordenação por membro do CNRH ou da CT. Assim sendo,
106 a Dra. Leila colocou em discussão a coordenação dos Grupos e questionou a Dra. Rosângela
107 quanto à disponibilidade da ANEEL, através do Dr. Diógenes Mortari, continuar
108 coordenando o GT referente a outorga em reservatórios. A Dra. Rosângela confirmou o

1 **ATA DA 14ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**
2 **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**
3 **REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**
4
5

6 **DATA:** 06/03/2002 **Início:** 10:00 hs **Término:** 16:00 hs
7

8 **PARTICIPANTES :**

9 Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
10 Ministério do Transportes - Representante: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transporte.gov.br)
11 ANEEL - Representante: Rosângela Lago (rosangelalago@aneel.gov.br)
12 Conselhos Estaduais Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva (rejanebs@zaz.com.br)
13 Conselhos Estaduais Região Sudeste - Representante: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
14 Setor Hidroviário: José Di Bella Filho (di_bella@uol.com.br)
15 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges
16 Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)
17

18 **CONVIDADOS:**

19 Célia Cristina M. Pimenta (celiacristina@terra.com.br)
20 Célia Maria Brandão Frões (celia@igam.mg.gov.br)
21 Decio Michellis Jr. (rela@zaz.com.br)
22 Francisco Lopes Viana (fcoviana@ana.gov.br)
23 Gilberto Ruy Derze (derze@dnpm.gov.br)
24 Lourival Cruz Diniz Filho (diniz@dnpm.gov.br)
25 Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cverd.com.br)
26 Martha Regina Sugai (martha.sugai@ana.gov.br)
27 Mônica Tavares Rocha (mrocha@snirh.gov.br)
28 Patrícia Rejane Gomes Pereira (prejane@yahoo.com.br)
29 Rosa H. de O. Martins (rosam@cetesb.sp.gov.br)
30

31 **RELATOR:**

32 Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
33

34 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**
35

36 Às 10 horas do dia seis de março de dois mil e dois, a Dra. Leila abriu a 14ª Reunião desta
37 Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras.
38 Iniciou, em comum acordo dos participantes, pelo item 3 da pauta: discussão e aprovação da
39 Ata da 13ª Reunião desta Câmara Técnica (CT). Após as modificações sugeridas, a Dra.
40 Leila solicitou que, feitas as devidas correções, a presente Ata seja encaminhada aos
41 presentes, via e-mail, para aprovação final. Em seguida, colocou o item 2 em pauta: eleição
42 do Presidente da CT. Solicitou votação sobre a pertinência da realização da eleição com os
43 atuais sete membros da CT, tendo em vista o aumento do número máximo de membros de
44 uma CT para até 13, estabelecido pela Portaria nº 65, de 15 de fevereiro de 2002. O Dr.
45 Roberto salientou que, neste momento, a nova composição das CTs ainda não está aprovada
46 pelo Conselho. A Dra. Leila solicitou ao Dr. Luiz Cláudio que explanasse sobre a proposta
47 de composição das CTs, elaborada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais
48 (CTIL) e encaminhada ao CNRH, para deliberação em sua próxima Reunião, dia 14 de
49 março próximo. O Dr. Luiz Cláudio explicou os trabalhos efetuados pela Secretaria
50 Executiva e pela CTIL, na elaboração da referida proposta e salientou os critérios
51 específicos adotados para a nova composição da CT Outorga. A Dra. Célia Cristina lembrou
52 que, como a alteração do número de membros já foi publicada, a composição com sete
53 membros não é a vigente. O Dr. Luiz Cláudio salientou o fim dos mandatos de todos os
54 membros desta CT em julho próximo, já que o mandato dos novos seis membros deverá ser
55 coincidente com o dos atuais. A Dra. Leila se dispôs a manter seu atual mandato até a
56 próxima reunião da CT quando, com a provável presença dos novos membros, ocorreria a
57 eleição. A proposta foi aceita por todos. Antes de colocar o próximo item em pauta, a Dra.